

A ONG E A ANTROPÓLOGA - DA EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA À EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Alinne Bonetti¹

O que é e como funciona uma organização não governamental? O que pode um antropólogo fazer numa ONG? Através de dois exemplos concretos de uma experiência pessoal, este texto procurará ensaiar possíveis respostas para estas questões. Ele é fruto de duas comunicações feitas em dois momentos e contextos distintos, mas que se complementam. Neste sentido, este texto é um híbrido. Mas não somente por isto; o é porque também tematiza uma hibridez de dois lugares de enunciação distintos: de um lado a pesquisadora olhando para o seu objeto de pesquisa e tecendo reflexões sobre ele e, de outro, a profissional falando da sua experiência de trabalho como antropóloga. Seguindo esta distinção, o texto se divide em duas partes.

A primeira parte sistematiza a comunicação feita no curso de extensão em Antropologia “Raça, Etnia e Nação: a Antropologia e as políticas públicas”, na sessão “Experiências etnográficas em um contexto de políticas públicas”. O objetivo nesta comunicação era o de dar a conhecer uma organização não governamental (ONG), este outro espaço de produção e de trabalho com políticas públicas fora do campo do Estado.

Esta primeira parte foi construída, basicamente, a partir da pesquisa etnográfica que realizei, a qual tangenciou o projeto de intervenção social voltado a mulheres das camadas populares de Porto Alegre da ONG Themis –Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero.² Além disto, agrega também reflexões sobre as mudanças ocorridas no projeto desde o término da minha pesquisa até a minha inserção como assessora técnica do projeto. Assim, o texto traz uma análise sobre as conquistas do projeto ao longo dos nove anos da sua existência, as dificuldades e principais desafios enfrentados pela ONG na sua intervenção.

A segunda parte do texto complementa a anterior, na medida em que traz uma reflexão sobre a ONG enquanto um novo espaço de atuação profissional para os cientistas sociais. Esta parte resgata a comunicação feita na sessão de abertura do “Fórum de Pesquisa do IFCH”, que reuniu alguns ex-alunos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS para contar um

¹ Antropóloga, pesquisadora colaboradora do NACI e doutoranda em Ciências Sociais na UNICAMP/SP.

² Alinne Bonetti, **Entre feministas e mulheristas - uma etnografia sobre promotoras legais populares e novas configurações da participação política feminina popular em Porto Alegre**, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

pouco das suas trajetórias profissionais, buscando demonstrar as possibilidades de inserções abertas aos profissionais da área para os alunos em formação.

Desta forma, a segunda parte do texto versa sobre o lugar do antropólogo numa ONG visto pela ótica da minha experiência pessoal. Conta um pouco sobre a minha trajetória de formação na Antropologia e como cheguei a atuar profissionalmente numa ONG. Não foi uma tarefa muito fácil a de parar para pensar sobre a minha trajetória e sistematizá-la de forma a fazer sentido. Esta dificuldade se prende, em grande medida, com uma certa sensação de fragmentação que deriva, por sua vez, de uma outra sensação: a de estarmos sendo levados pelas circunstâncias, sem termos uma clareza das opções que vamos fazendo na nossa vida profissional.

Mas, ao mesmo tempo, foi um exercício importante porque me fez parar, e no inventário dos meus supostos fragmentos, vislumbrar um certo caminho percorrido. Pude perceber nesta pequena trajetória alguns pontos fundamentais que marcam a minha inserção profissional como assessora técnica da ONG Themis. Este exercício me possibilitou sistematizar as características do fazer antropológico num contexto de atuação, fora da academia, e refletir sobre outras possibilidades para o fazer antropológico. Como este texto resulta da união de outros dois, concebidos para serem falados, e também em virtude dos temas nele abordados, o leitor encontrará um tom pessoal e extremamente reflexivo na sua escrita.

1. A ONG Themis e o projeto de formação de promotoras legais populares - alguns desafios

Para falar na ONG Themis, é interessante situar o contexto do seu surgimento. De forma geral, as ONGs surgiram por volta das décadas de 70 e 80, em apoio aos movimentos populares que se proliferavam no país. Uma característica que marca a atuação dessas entidades nesta altura é a oposição ao Estado, que estava sob a égide do regime militar (cf. Doimo, 1995).³ No contexto dos anos 90, frente às modificações do processo político, tem-se uma redefinição dos papéis de atuação das ONGs. Neste contexto político, as ONGs passam a atuar como mediadores entre Estado e sociedade civil, “seja na prestação de serviços ou consultorias, seja no controle do uso dos recursos públicos e políticas sociais” (Scherer-

³ Ana Maria Doimo, **A Vez e a Voz do Popular**, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995.

Warren, 1994:10).⁴ Com relação ao movimento feminista especificamente, nota-se um processo de “onguização” dos grupos feministas existentes. (cf. Alvarez, 1998).⁵

É dentro desta conjuntura que se origina a ONG feminista Themis.⁶ A Themis foi fundada em 1993, por três advogadas, militantes de movimentos feministas e dos movimentos de direitos humanos. Este perfil das suas fundadoras é o que define os objetivos e os eixos de trabalho da Themis até hoje, marcando a sua especificidade. O grande objetivo da Themis com a sua intervenção social é a promoção e defesa dos direitos das mulheres, possibilitando um alargamento do acesso à justiça pelas mulheres. A idéia é a de que o acesso à informação sobre os direitos possibilitará o exercício da cidadania às mulheres das camadas populares, através do conhecimento de determinados recursos judiciais para assegurar a garantia destes direitos.

Para tanto a Themis trabalha com dois públicos-alvo: por um lado, as mulheres das camadas populares, por se entender que esta parcela da população não tem acesso a informações sobre cidadania, e de outro, os operadores do direito - juízes, advogados, promotores de justiça, delegados, policiais - por se entender que estes agentes sociais não estejam sensíveis para as especificidades das demandas das mulheres e da população de baixa renda. Neste sentido, a intervenção da Themis tem um duplo movimento. De um lado ensina sobre os direitos, traduzindo-os para a realidade das mulheres de baixa renda; e de outro traz esta realidade para o universo do judiciário, buscando um alargamento do significado de cidadania.

Para fazer isto, a Themis se organiza internamente em três diferentes programas:

1. Promotoras Legais Populares: Foi o projeto que deu origem a entidade e é o eixo central da atuação da Themis. Se desdobra em duas grandes áreas de atuação: a capacitação legal de mulheres lideranças comunitárias e a instalação do Serviço de Informação à Mulher (SIM) nas comunidades de atuação destas mulheres; a minha inserção como assessora técnica se dá mais diretamente neste programa, o qual detalharei mais adiante.
2. Advocacia Feminista: acompanha judicialmente casos relacionados à violência, discriminação, direitos sexuais e reprodutivos que são encaminhados pelas promotoras legais populares dos bairros onde vivem e visa alcançar jurisprudência favorável às mulheres.

⁴ Ilse Scherer-Warren. Organizações não governamentais na América Latina - seu papel na construção da sociedade civil, **Revista São Paulo em Perspectiva**, 8(3), 1994, pp.06-14.

⁵ Sonia Alvarez, Feminismos latino-americanos, **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, vol. 6, nº 2, 1998, pp.265-284.

3. Centro de documentação, estudos e pesquisa: visa dar suporte teórico à intervenção da Themis em relação aos temas de gênero, direitos humanos, teoria feminista e direito. Para tanto promove palestras, debates, publicações, cursos e parcerias com instituições do mundo jurídico.

Como é que se sustenta este trabalho e uma entidade como esta? Uma ONG funciona a partir de projetos e de financiamentos. Por isto a vida de uma ONG é sempre corrida. Tem que se estar sempre pensando em captação de recursos para se garantir a continuidade do projeto. A Themis, ao longo da sua existência, contou e conta com diferentes financiamentos e apoios, como por exemplo: UNIFEM (Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento), Fundação Ford, GTZ (Agência Alemã de Cooperação Técnica), Fundação MacArthur, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

De forma geral, esta é a estrutura da Themis. Como se pode notar, a fim de alcançar os seus objetivos, a intervenção da Themis tem uma grande amplitude. Mas tem um eixo central, como mencionei, que é o programa de formação de PLPs. Este é o diferencial da intervenção da Themis, o qual passarei a detalhar mais.

O principal projeto: a formação de promotoras legais populares

O Programa de Formação de PLPs se originou a partir de experiências semelhantes desenvolvidas em alguns países da América Latina, como Peru, Bolívia, Costa Rica.⁷ É um curso de capacitação legal para mulheres, que objetiva a educação em direitos, a constituição de redes femininas de informação sobre estes direitos e a multiplicação destas informações a um número cada vez maior de mulheres. A primeira experiência em Porto Alegre foi realizada em 1993.

O curso de formação de PLPs, propriamente dito, dura em média quatro meses, sendo ministrado durante três horas em um dia da semana em local próximo à moradia das participantes do curso. Este detalhe é importante, porque para ministrar as aulas são chamados alguns operadores do direito, que são levados aos bairros nos quais vivem as mulheres

⁶ Para maiores detalhes ver www.themis.org.br.

⁷ Ver, por exemplo, Roxana Vásquez (org.), **Capacitación legal a mujeres**, Lima/Peru, CLADEM, 1991.

participantes do curso, com o objetivo de propiciar uma maior aproximação dos profissionais da área jurídica à realidade da vida nas periferias urbanas.

Ao longo do período do curso são trabalhadas noções sobre direitos fundamentais (a partir do conhecimento da Constituição Federal, de convenções internacionais das quais o Brasil é signatário e do marco legal dos Direitos Humanos), garantia dos direitos das mulheres em situação de violência, garantia dos direitos das mulheres no trabalho e contra a discriminação racial, direitos das mulheres nas relações familiares, proteção e garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. Estes temas são desenvolvidos através de aulas expositivas, oficinas, vídeos, além de dinâmicas de grupos para discussão. A ênfase maior ou menor em determinado item do programa, a sua supressão ou ainda o enfoque a outros temas depende da demanda do grupo de participantes do curso, como se pode perceber na fala de uma das organizadoras do curso:

Na Vila X, por exemplo, havia muita violência. Então se organizou mais aulas em torno desse tema, já na Vila Y havia muitas mulheres com muitos filhos, problemas nessa área, fazendo com que tivessem mais aulas sobre direito reprodutivo (Diário de Campo, 1996).⁸

O programa mínimo do curso de formação de PLPs foi se constituindo a partir da experiência vivenciada pela Themis nas diferentes realidades onde o curso foi oferecido.⁹ Ou seja, se procura conhecer a ‘realidade’ nas quais as mulheres participantes do curso vivem e, a partir de temas que são importantes para elas, focar a relação com o direito. Esta prática tem o objetivo de fazer com o universo dos direitos, que é algo abstrato, tenha sentido para estas mulheres, fazendo com que elas possam se apropriar destes direitos.

Uma outra questão do curso que gostaria de salientar é o recurso pedagógico de promover visitas com a turma de participantes a instituições públicas, como fórum, delegacias, câmara de vereadores, assembléia legislativa, além de cinemas e teatros. Por exemplo, no último curso realizado, tivemos uma aula no tribunal de justiça, na sala de júri. Trabalhou-se com um júri simulado, no qual as participantes do curso desempenharam diferentes papéis: advogada de defesa, de acusação, promotoras de justiça, ré, vítima, juíza, desembargadoras, etc. Foi uma experiência interessante porque a partir da dramatização, da

⁸ Cf. Alinne Bonetti, *Entre feministas e mulheristas...* Op. cit., p.17

⁹ Uma sistematização da experiência de organização dos cursos de formação de PLPs pode ser encontrada em Alinne Bonetti (org.), **Cadernos Themis Direitos Humanos e Acesso a Justiça**, vol 3, A Experiência das Promotoras Legais Populares, Porto Alegre, Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, 1998.

vivência, aprendeu-se a forma de funcionamento da justiça. Este recurso pedagógico tem também por objetivo fazer com que estas mulheres possam se apropriar dos espaços públicos da cidade na qual vivem, buscando fortalecer um sentimento de pertença, de apropriação dos espaços coletivos e de cidadania.

Em Porto Alegre o curso é realizado por regiões. Ou seja, se adota o critério das micro-regiões dos Conselhos Tutelares, já que após a formatura da nova turma se pretende fazer um trabalho em parceria com estas instituições. Os critérios de escolha passam pela identificação de determinados problemas, como por exemplo regiões nas quais tenham uma grande incidência de violência doméstica. Depois disto, se faz a divulgação do curso em lugares estratégicos, como reuniões do Orçamento Participativo, conselhos tutelares, associações de bairro, postos de saúde, creches comunitárias, entre outros espaços da comunidade.

Após montada a turma, em geral de 30 mulheres, se inicia o curso. O curso é voltado para mulheres que possuam alguma forma de trabalho nas suas comunidades, visando o potencial de multiplicação das informações sobre direitos. Devem ser também alfabetizadas para poder lidar com o universo das leis. Desde 1993 a Themis realizou sete Cursos de Formação de Promotoras Legais Populares em Porto Alegre e um em Canoas, cidade da região metropolitana, sendo diretamente responsável pela formação de 210 Promotoras Legais Populares (PLPs).

Após o término do curso, a idéia é a de que estas mulheres, agora PLPs, passem a atuar no Serviço de Informação à Mulher (SIM), o espaço referencial de atuação das PLPs dentro das suas regiões de moradia. Cabe destacar que nem todas as PLPs formadas têm disponibilidade para atuar no serviço, já que se trata de um trabalho voluntário. Das 210 formadas, há em torno de 50 atuando efetivamente nos serviços. A Themis mantém atualmente seis serviços de informação à mulher – cinco em diferentes regiões da periferia de Porto Alegre e um em Canoas.

O Serviço de Informação à Mulher (SIM) funciona uma vez por semana, durante todo o dia, em um sistema de rodízio de plantões nos quais as PLPs se revezam no atendimento exclusivo a mulheres que procuram o local. Após a minha entrada na equipe, um dos primeiros desafios enfrentados foi o de reestruturar o formato do serviço, com vistas a institucionalizá-lo. Após um intenso processo de re-organização, procurando adequar os

objetivos de institucionalização com as demandas trazidas pelas PLPs, o serviço passou a ter formalmente três áreas de atuação:

1. Atendimento direto: trata-se do atendimento propriamente dito nos dias de plantão. Nele as PLPs atendem mulheres que procuram o serviço, analisam cada caso, informam sobre os direitos que estão em jogo no caso, orientam sobre os procedimentos que devem ser tomados e, conforme as necessidades, encaminham as mulheres para os mais diferentes locais. Os casos de violência doméstica, sexual, aborto legal e discriminação racial são encaminhados para a advocacia feminista da Themis, para o acionamento do judiciário. A maioria dos casos atendidos pelas PLPs envolvem fundamentalmente questões relativas ao universo das relações familiares, tais como separações, violência doméstica, pensões alimentícias, guarda de filhos. Mas há ainda uma gama variada de demandas que os SIMs recebem e que não se enquadram necessariamente no que o direito pode solucionar.
2. Prevenção: outra área de atuação das PLPs é a de prevenção. Tratam-se de ações educativas promovidas pelas PLPs nas suas comunidades. Elas organizam palestras, oficinas sobre o tema dos direitos das mulheres, em especial sobre violência doméstica, nos mais diferentes espaços das suas comunidades.
3. Representação: há ainda a área de representação política a partir da qual as PLPs atuam nas mais diferentes instâncias políticas da cidade, buscando pautar questões relativas às mulheres. Elas participam de Comissões Locais de Saúde, de Assistência Social, conselho dos direitos das mulheres, Orçamento Participativo, conferências. Um exemplo recente foi a grande participação de PLPs na Conferência Nacional de Mulheres, nas quais contribuíram para a construção de uma plataforma política feminista que foi entregue aos candidatos à presidência e governo do estado, com sugestões de questões a serem trabalhadas nos governos eleitos a fim de garantir os direitos das mulheres.

Alguns Resultados

Ao longo dos 9 anos de existência do projeto de formação de promotoras legais populares, pode-se perceber alguns resultados. Um deles é o reconhecimento político que o projeto vem ganhando, que se configura na grande demanda pela sua multiplicação em âmbito nacional e estadual, como se vem realizando:

Através de parcerias com vinte e duas ONGs de sete estados e de parcerias com entidades de onze municípios do Estado do Rio Grande do Sul, a Themis coordenou a multiplicação nacional e estadual deste projeto, resultando na formação de cerca de mais 400 PLPs neste estado e 700 Agentes Multiplicadores de Cidadania (incluindo PLPs) em seis outros estados.(cf. Bonetti et. al., 2003).¹⁰

Este reconhecimento político se deve em grande medida à especificidade do trabalho das PLPs, que se traduz no uso que fazem dos conhecimentos adquiridos. Na sua atuação cotidiana, elas combinam os saberes práticos das necessidades das mulheres das suas comunidades (e também das suas próprias necessidades) com o conhecimento sobre os direitos. E têm se tornado referência sobre os temas que concernem à violação dos direitos das mulheres nas comunidades onde vivem.¹¹

Além destes resultados, pode-se identificar alguns mais no âmbito pessoal de cada mulher que participa do curso. Muitas PLPs retomam os estudos; há uma ampliação das possibilidades de atuação para elas e ainda há um fortalecimento pessoal com relação ao sentimento de ter direitos, de ser sujeito de direitos. Contudo é um processo lento o de autorizar-se a se apropriar de um direito e percebê-lo como algo seu e não como uma dádiva que lhe é concedida. No entanto, nem tudo é maravilhoso. Há muitos desafios e dificuldades enfrentados no cotidiano deste projeto.

Alguns desafios

Há alguns desafios de ordem mais prática, como a manutenção dos serviços nas comunidades. Como mencionei, o trabalho das PLPs é voluntário e como se tratam de mulheres pobres que precisam trabalhar para garantir a sua subsistência. Isto faz com o projeto passe por diferentes ciclos marcado pelo afastamento e retorno de muitas PLPs. O que redundava em momentos de enfraquecimento do trabalho e outros de intensa participação.

Outro ponto a ser ressaltado é sobre os financiamentos para a manutenção dos serviços. Como o trabalho das PLPs é voluntário, a ONG procura garantir uma infra-estrutura mínima e condições para que as voluntárias possam realizar o seu trabalho, como por

¹⁰ Alinne Bonetti et al, Percurso da cidadania: da capacitação legal à promoção e garantia dos Direitos Humanos das Mulheres. In Denise Dora (org.), **Direito e Mudança Social – Projetos de promoção e defesa de direitos apoiados pela Fundação Ford no Brasil**, Rio de Janeiro, Fundação Ford/Renovar, 2003.

¹¹ Este processo não ocorre sem conflitos. Sobre uma problematização do embate entre lógicas distintas ver Alinne Bonetti, *Novas configurações: Direitos Humanos das Mulheres, feminismo e participação política entre mulheres de grupos populares porto-alegrenses*, em Regina Novaes e Roberto Kant de

exemplo, o transporte e a alimentação para o dia do plantão. No entanto, a política de financiamentos vigentes atualmente volta-se mais para projetos de educação e formação, o que tem restringido em muito os financiamentos para a manutenção de serviços como o SIM. Estes fatores causam muita instabilidade e tensão no projeto, causando uma preocupação com relação ao futuro dos serviços.

O que me parece ser o desafio maior deste projeto associa-se à peculiaridade do público-alvo dos Serviços de Informação à Mulher. Trata-se de um serviço voltado a uma população de baixa renda, que tem demandas muito concretas e imediatas e para quem a oferta de informações, este bem abstrato, por vezes não faz sentido. Os casos que chegam aos SIMs são muito complexos porque trazem consigo questões que transcendem a mera consciência dos direitos e que demandam uma solução imediata. Há casos, por exemplo, que envolvem a própria sobrevivência material das pessoas que procuram ajuda e outros que não são passíveis de judicialização.

O desafio enfrentado, portanto, é o de transformar a relação, tanto das mulheres atendidas pelo SIM quanto das próprias PLPs, com o mundo dos direitos. Uma transformação de sujeitos recebedores de dádivas a agentes detentores de direitos. Ou seja, o objetivo é o de que as pessoas percebam a importância de ter informações e de que, ao se apropriarem delas, saibam como acessar e garantir os seus direitos. Há um intenso trabalho de modo a demonstrar a importância de se ter este bem inalienável que é a informação sobre os direitos. Como promover a informação sobre os direitos de modo a que faça sentido junto a uma população que também tem necessidades muito objetivas? Trabalhar com a tensão entre a oferta da informação e a demanda por coisas mais concretas é um dos maiores desafios que as PLPs enfrentam no seu cotidiano de trabalho. Para tanto, elas lançam mão dos mais diversos recursos, que não fazem parte estritamente do mundo jurídico como o acionamento de redes de ajuda mútua nas suas comunidades, combinando-os com a multiplicação de informações sobre direitos.

Em linhas gerais, através da história e do funcionamento da ONG Themis, procurei demonstrar como atua uma organização não governamental na promoção de políticas públicas. Resta discutir sobre a relação entre a Antropologia e a intervenção, o que faço através da reconstituição da minha trajetória profissional até a inserção na ONG Themis.

2. A Antropóloga, a ONG e o Grilo Falante

A participação de antropólogos em ONGs não é algo novo. No entanto, muitos se engajam a partir de uma trajetória pessoal de militância política ou, de forma mais distanciada, prestando consultorias que se traduzem em pesquisas. A minha experiência profissional é um pouco diferente. Nunca tive qualquer tipo de ativismo político e tampouco a minha presença na ONG Themis é como pesquisadora. Desempenho a função de assessoria técnica. Mas o que significa ser uma técnica quando o profissional em questão é uma antropóloga?

Há uma questão de fundo aqui, que se prende com as características da Antropologia enquanto uma disciplina que produz conhecimento sobre formas de vida. Ou seja, é uma disciplina que não tem um caráter técnico no sentido estrito do termo, de aplicação imediata do conhecimento produzido. Sintetizando genericamente, o antropólogo faz pesquisas sobre determinados temas e o conhecimento produzido por estas pesquisas pode ou não ser utilizado. Sendo assim, questiona-se: é possível uma Antropologia fora da academia? Há outras possibilidades para o fazer antropológico, além da produção de conhecimento e da pesquisa?

De imediato eu não saberia responder. Tratam-se de questões complexas. No entanto, se não as respondo, a minha experiência de atuação profissional como antropóloga me permite ao menos pensar sobre elas e ensaiar respostas. E, no compartilhar destes pensamentos, há um convite à reflexão conjunta sobre estes novos lugares que os antropólogos estão sendo chamados a ocupar. Reflexão que me parece crucial para esta nova geração de profissionais que está sendo formada.

Para chegar nos termos desta reflexão, inicio com o que entendo ser o ponto de partida fundamental: a trajetória que fiz ao longo da minha formação na Antropologia. É dela que extraio os instrumentos “técnicos” que utilizo no meu cotidiano da assessoria técnica prestada à ONG.

O início - a formação do olhar antropológico

Tudo tem um começo. Situo o meu na disciplina de Antropologia I. Um começo óbvio? Nem tanto, porque ao mesmo tempo em que eu tinha os primeiros contatos com a teoria antropológica nos bancos da faculdade, com os seus conceitos fundamentais, eu tive o privilégio de experimentá-la na prática do trabalho de campo.

Isto foi possível porque me engajei, como assistente de pesquisa, num projeto denominado “Prostituição e Cidadania”. Pesquisávamos o modo de vida de um grupo de mulheres que exerciam a prostituição de rua.¹² Dadas as características da pesquisa, do tema em questão e da aspirante à pesquisadora, este exercício etnográfico me proporcionou uma experiência de descentramento radical: de tudo aquilo que me parecia familiar, das minhas explicações sobre o mundo e dos meus conceitos previamente concebidos.

Esta experiência foi fundamental porque desde os meus primeiros passos na disciplina fui confrontada com o exercício da alteridade. E esta experiência de descentramento que o exercício da alteridade proporciona, é o que ao meu ver lança as bases para forjar o, na falta de expressão melhor, “olhar antropológico”, o instrumento básico do antropólogo.

Aqui se esboça uma primeira lição que aprendi na minha iniciação na Antropologia: a importância do cruzamento entre a teoria e a prática. No embate do trabalho de campo experimentei o exercício de estranhamento, de familiarização, de relativização, de alteridade e de contextualização; elementos básicos do fazer antropológico. Esta combinação entre teoria e prática na formação do meu “olhar antropológico” foi potencializada pela participação nas sistemáticas reuniões de discussão promovidas pelo grupo da pesquisa, que reuniam vários pesquisadores antropólogos, em diferentes etapas da sua formação. As trocas ocorridas neste grupo, os constantes debates, a riqueza do contato com as diferentes experiências de pesquisa, com os diferentes objetos de análise e teorias foram importantíssimos na minha formação.

¹² Foi através deste projeto que também se deu a minha iniciação nos rituais acadêmicos de apresentação pública dos resultados das pesquisas. No II Salão de Iniciação Científica do IFCH, apelidado de “salãozinho”, apresentei o meu primeiro trabalho, intitulado “Maridos e clientes de prostitutas: quem traz o perigo de AIDS?”. Os resultados deste projeto podem ser encontrados em Claudia Fonseca, A dupla carreira da mulher prostituta, *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ- PPCIS/UERJ, vol. 4, nº 1, 1996, pp. 07 – 33.

Mas esta experiência não se encerrou aqui. Tive o privilégio de, ao longo da minha graduação, estar sempre integrada a projetos de pesquisa. Assim toda a minha formação foi mediada pela experiência de campo.

Ampliando o universo de pesquisa

Uma segunda questão que gostaria de pontuar, pode ser sintetizada na frase que sempre ouvia da minha então orientadora. Ela nos ensinava: *o antropólogo não pode ser monotemático!* Os ecos desta frase até hoje ressoam nos meus ouvidos e acredito ser esta uma segunda grande lição que retive para a minha formação. Somado à experiência do trabalho de campo, o contato com diferentes temas e objetos de pesquisa é outro importante elemento para a formação do antropólogo.

Após a minha iniciação na pesquisa antropológica como assistente no projeto sobre prostituição, fui convidada a atuar noutro projeto de pesquisa, agora no recém-nascido Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACI/UFRGS). Esta nova pesquisa se configurou a partir de uma demanda feita pela ONG Themis por uma assessoria antropológica ao seu projeto de intervenção social. Coincidência ou não, é a mesma ONG na qual trabalho.

A assessoria se inseria num projeto maior denominado “Antropologia, cidadania e agências de intervenção em grupos populares”. Neste projeto uma equipe formada por vários pesquisadores, em diferentes graus de formação, pesquisavam a relação entre diferentes agências de intervenção e os seus públicos alvo, tendo como pano de fundo a discussão sobre cidadania. Esta experiência foi muito enriquecedora, por diferentes motivos. Além de aprofundar a minha prática de pesquisa etnográfica, ampliou os meus horizontes temáticos no campo da Antropologia. Além disto, possibilitou-me o exercício do trabalho em equipe e o aprendizado sobre a contribuição que a Antropologia pode dar para a sociedade em geral, através do conhecimento que produz.

Nesta assessoria implementamos uma pesquisa etnográfica ao longo de cinco meses sobre o projeto desenvolvido pela ONG junto a mulheres das camadas populares de Porto Alegre. Na pesquisa procuramos mapear os pontos de tensão que estavam implícitos na

relação entre ONG/público alvo e traze-los à tona. Os resultados desta experiência foram muito importantes e indicavam um alargamento do campo de atuação para a Antropologia.¹³

Seguido à esta experiência, ingressei no mestrado em Antropologia Social na Universidade Federal de Santa Catarina, a fim de consolidar a minha formação como antropóloga. No mestrado, seguindo a lição de não ser monotemática, aprofundi os meus estudos em novos temas, como a política e as relações de gênero. Para a dissertação, resgatei a pesquisa sobre a ONG e me aprofundi na análise do seu público alvo. Fiz uma pesquisa etnográfica junto a um grupo de mulheres que estavam ligadas ao projeto da Themis, buscando compreender os significados que atribuíam à sua participação política no contexto de Porto Alegre e quais os significados de gênero que emergiam desta participação política.¹⁴

Após o término do mestrado, o rumo natural seria o ingresso imediato no doutorado. No entanto eu sentia a necessidade de ter uma experiência de trabalho anterior à continuidade dos meus estudos. A experiência imaginada era a de dar aulas de Antropologia. Mas aí me vi numa encruzilhada: ao mesmo tempo em que fora aprovada num concurso para dar aulas de Antropologia numa universidade catarinense, recebera o convite da ONG/Themis para integrar a sua equipe.

Tinha que fazer uma escolha. Poderia iniciar imediatamente a minha carreira acadêmica como professora ou poderia me embrenhar por um campo de atuação profissional meio indefinido; afinal pesquisar uma ONG me parecia ser bem diferente de trabalhar nela. Mas não demorei em aceitar o desafio de ingressar na ONG. A idéia de poder me relacionar de uma outra forma com o grupo que havia estudado na dissertação me foi muito sedutora. Aqui, então, há uma mudança de perspectiva.

A mudança de perspectiva

Em tese, o trabalho que faço está diretamente ligado ao Projeto de Formação de PLPs, às PLPs e aos serviços (SIMs) nas suas comunidades. Mas trabalhar em ONG sempre implica em fazer inúmeras outras coisas. Para além das tarefas concretas que a função de assessoria técnica neste contexto pressupõe – como a organização de eventos e cursos, coordenação de

¹³ Sobre esta experiência ver Alinne Bonetti, Claudia Fonseca e Elisiane Pasini. Novas formas de liderança: um olhar antropológico sobre o Projeto Themis- Promotoras Legais Populares, Porto Alegre, www.themis.org.br, 1996, (Relatório de Pesquisa).

¹⁴ Alinne Bonetti, Entre Feministas e Mulheristas..., publicação citada em nota anterior.

reuniões de planejamento, preparação de materiais didáticos, reuniões com as mulheres nas suas comunidades, elaboração de relatórios analíticos sobre as atividades realizadas, só para citar algumas – a expectativa depositada na minha presença na Themis girava em torno da contribuição do “olhar antropológico” ao seu projeto, já que a equipe era formada basicamente por advogadas. Devido ao seu público alvo, a Themis sentia a necessidade de ter uma equipe multidisciplinar para qualificar o projeto de intervenção. No entanto, não se sabia muito bem como se daria esta qualificação.

E aqui está a mudança de perspectiva. Eu estava na ONG como uma profissional, detentora de um suposto saber técnico que seria aplicado no assessoramento ao projeto da ONG. Mas que saber técnico era este? O que eu sabia fazer era pesquisa e mais, pesquisa de cunho etnográfico que necessariamente demanda tempo! Mas eu não fora chamada para fazer pesquisa. Este perfil profissional do antropólogo pesquisador, que aprendi ao longo da minha formação, não se adequava às demandas e temporalidade da ONG. Os primeiros meses de adaptação a esta nova rotina foram difíceis e desafiadores, porque ao mesmo tempo em que tinha de aprender a realizar aquelas inúmeras tarefas práticas, tinha que constituir uma outra referência de atuação profissional para mim.

Assim, apliquei o meu conhecimento acumulado nos anos de experiência de pesquisa e na minha formação para definir este novo lugar. Munida das minhas ferramentas de trabalho, os conceitos básicos que fundam o fazer antropológico fui experimentando uma outra forma de fazer Antropologia.

O contato com o trabalho e com a equipe da ONG e com uma melhor compreensão do projeto da Themis, aos poucos me fez perceber que o meu foco de ação estaria mais voltado para a equipe técnica do que propriamente para as mulheres das camadas populares que integram o projeto da Themis. A minha intervenção se daria na tentativa de sensibilização do grupo técnico para um olhar reflexivo e relativizador sobre o projeto. Dadas as características do projeto da ONG Themis, de trabalhar com a relação entre o mundo dos direitos e universo de valores das camadas populares, é crucial a reflexão constante sobre o alcance da lógica dos direitos na vida cotidiana das camadas populares para a compreensão da forma pela qual estes direitos passam a fazer sentido. Esta reflexão se torna ainda mais crucial quando se trabalha com temas como violência doméstica, por exemplo, como é o caso da ONG.

As minhas primeiras ações foram propostas de discussão de textos antropológicos sobre temas de interesse da Themis. Eu selecionava textos, preparava roteiros de discussão e

nos reuníamos. Este modelo funcionou algumas vezes e deu bons resultados. Os textos cumpriram a função de colocar uma interrogação à equipe e fazer com se refletisse sobre as práticas da intervenção. Mas esta forma de trabalho não se sustenta a longo prazo. Na correria do cotidiano de uma ONG não se dispõe de muito tempo para este tipo de discussão. Fui redimensionando a minha atuação como integrante da equipe, mas sempre com a marca da busca pela reflexão e da problematização das ações. Esta contribuição se dá de uma forma mais difusa, no dia a dia do trabalho.

Para dar um pouco do tom deste meu lugar na equipe, trago uma situação meio anedótica que vivi, que parece demonstrar um pouco da minha experiência de trabalho. No final de todo ano, a equipe formada por 15 pessoas se reúne para confraternizar. A confraternização envolve a troca de presentes através do “amigo secreto” e uma espécie de premiação, que funciona da seguinte maneira: Define-se uma série de categorias, que aludem de forma jocosa a características ou situações vividas por cada integrante da equipe ao longo do ano. Logo após se faz uma votação e o grupo elege os prêmios do ano. Para se ter uma idéia existem categorias como: *Prêmio Revelação do Ano* - para aquela que mais se destacou na realização das suas atividades -, *Prêmio Escrava Isaura* - para aquela que trabalhou muito ao longo do ano -, *Prêmio Missão Impossível* - para aquela que conseguiu cumprir todos os prazos nas datas certas -, *Prêmio Elefantinho* - para aquela cuja sensibilidade se assemelha à 'delicadeza' de um elefante -, *Prêmio Assessoria Virtual* - para aquela que mais viajou ao longo do ano -, *Prêmio Tolerância Quase Zero* - para aquela mais estressada do ano -, entre outros. No ano passado foi criada uma nova categoria de premiação com a qual eu fui contemplada. Recebi o *Prêmio Grilo Falante 2001!*

Brincadeiras à parte, é interessante pensar sobre significado deste prêmio e a sua relação com o fazer antropológico. Lembrando o conto infantil, a personagem do grilinho é uma espécie de “consciência portátil” do boneco Pinóquio, aquele que o chama a razão. Mas o grilo é, sobretudo, aquele que questiona, que pondera e problematiza. Ele representa, de certa forma, um incômodo. Transpondo a metáfora do Grilo Falante para o meu lugar no cotidiano da ONG, encaixo-me mais no segundo conjunto de características. Longe de estar associada com a idéia de “consciência portátil” da entidade, já que tenho mais perguntas a oferecer do que propriamente respostas, tenho a consciência que produz um incômodo.

Incomodo introduzindo uma interrogação; mas uma interrogação que é bem vinda (minhas colegas não me suportariam ao longo de dois anos se caso não o fosse) porque é

produtiva, porque *põe para pensar*. O que não significa dizer que as minhas colegas não sejam críticas e reflexivas; elas o são e muito! Mas falo aqui de um determinado tipo de interrogação. Uma interrogação específica que se ancora, sobretudo, na acuidade da escuta e do olhar que a Antropologia confere, através dos seus “instrumentos de trabalho”. Mas há que se estar sempre atento para o risco deste olhar e desta escuta ficarem turvos e cheio de ruídos. Um risco que advém da intensa proximidade e da imersão no cotidiano do trabalho. Assim que me parece salutar transpor o mesmo princípio da dúvida para a nossa auto-reflexão acerca do lugar que ocupamos e, somado a esta vigilância, investir constantemente na formação.

Esta experiência de um outro fazer antropológico foi, e continua sendo ao longo destes dois anos que estou atuando na ONG, um processo de intenso aprendizado e de enfrentamento de desafios. Não consigo vislumbrar uma fórmula pronta e acabada de como é este fazer antropológico. Acho que pensar sobre isto é uma tarefa que deve ser feita conjuntamente. Mas acredito que ele tem um ponto de partida que se assenta numa forte formação de base. É ela que vai nos permitir circular pelas diferentes possibilidades de atuação que têm surgido para os antropólogos. E nessas andanças, ir reinventando um pouco do fazer antropológico.

À guisa de conclusão

Como o leitor pode observar, este texto foi escrito na primeira pessoa e no presente. Devo salientar que é um presente que agora já é passado. Quando reviso este texto já me encontro afastada da ONG, construindo um novo pedaço da minha trajetória no doutoramento. Mesmo com este distanciamento, optei por deixar o texto na sua forma original porque acredito que a forma pessoal e temporal da escrita ajudam a revelar a intensidade e a especificidade da experiência sendo vivida. Assim que este tom do texto é intencional porque visa a estimular a reflexão sobre estas outras possibilidades para o fazer antropológico e incentivar aos que iniciam a se embrenharem nestes caminhos.